



## **Sobre a praxe PSD e CDS votaram pela violência, o Bloco continuará a lutar pelo fim do silêncio!**

A praxe é hoje um fenómeno transversal em praticamente todo o Ensino Superior e tem sido alvo de enorme polémica em todas as gerações estudantis. De facto, a violência da praxe está presente em toda a sua história. Mais recentemente em 2001, um estudante da Escola Superior Agrária de Coimbra e um outro em Elvas ficaram paraplégicos no âmbito nas actividades da praxe. Em Janeiro de 2003 uma estudante do Instituto Piaget denunciou publicamente uma praxe em que foi obrigada a despir-se e a vestir a roupa interior por cima da roupa para depois simular orgasmos. Também em Março de 2003 uma estudante da Escola Superior Agrária de Santarém denunciou mais uma praxe em que foi esfregada com dejectos de animais e, porque tentou desobedecer, foi deixada a quilómetros de casa. Para além disso, como demonstrou um recente estudo no CES desenvolvido por Catarina Martins, a praxe alimenta lógicas de dominação de bullying.

Em todos estes casos e em muitos outros que não vieram a praça pública persistiu um incomodativo silêncio das instituições e ninguém assumiu a responsabilidade pela violência. E de facto, é bom que se diga que os chamados “códigos de praxe” não têm qualquer valor jurídico e a praxe não pode ser uma excepção às leis mais fundamentais da República que punem todos os exemplos de violência e abuso.

O Bloco já apresentou por três vezes projetos de resolução sempre chumbados sobre a violência na praxe. Mais recentemente em 2011 o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propôs quatro medidas para desencorajar a violência na praxe<sup>1</sup>. Medidas essas que a maioria do PSD e do CDS chumbaram contribuindo para uma cultura do silêncio e de impunidade. Hoje as propostas do Bloco são mais actuais que nunca:

---

<sup>1</sup> <http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheIniciativa.aspx?BID=36557>

1. **A realização de um estudo nacional sobre a realidade da praxe em Portugal**, levado a cabo por uma equipa multidisciplinar com o objetivo de conhecer transversalmente o fenómeno e detetar situações e risco de violência e cujos resultados sejam públicos e tornados acessíveis *on-line*.
2. **A produção e divulgação pelo Ministério da Educação e Ciência de um folheto informativo sobre a praxe no meio estudantil**, a ser distribuído no acto das candidaturas em cada instituição de ensino superior do país.
3. **A criação de uma rede de apoio aos estudantes do ensino superior que permita acompanhamento psicológico e jurídico aos estudantes que solicitem apoio e que denunciem situações de praxe violenta ou não consentida**, disponível no sítio da internet do Ministério da Educação e Ciência.
4. **Uma recomendação por escrito dirigida aos órgãos directivos das escolas no sentido de estes assumirem uma postura que não legitime as práticas de praxes violentas** no interior ou no exterior das instituições de ensino superior, nomeadamente em todas as cerimónias oficiais das escolas.

Hoje voltámos a apresentar estas propostas no Parlamento. Para além delas, **propomos que as Instituições de Ensino Superior sejam responsabilizadas pela existência de atividades de receção aos novos alunos** que envolvam gabinetes de integração académica, Associações de Estudantes e outras organizações. Não podemos aceitar que as instituições se desresponsabilizem e que fechem os olhos à violência praxista. São urgentes formas de integração na vida académica que sejam baseadas na solidariedade, na inclusão e na igualdade entre todos os estudantes. Conta a violência, o silêncio e o obscurantismo é preciso que de uma vez por todas a impunidade acabe.

**Sabemos que o PSD e o CDS na hora das últimas votações sobre praxe estiveram do lado da violência. É desse lado que vão querer continuar?**

Lisboa, 29 de Janeiro de 2014

**Coordenadora Nacional de Estudantes do Bloco de Esquerda**